

Movimento Bem Maior

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração de resultado	7
Demonstração de resultados abrangentes	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas Explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do
Movimento Bem Maior
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Movimento Bem Maior “Associação”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Movimento Bem Maior em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.




- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de Maio de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4


Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Movimento Bem Maior

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>1.491.483</u>	<u>501.198</u>	Obrigações fiscais		2.050	2.049
		1.491.483	501.198	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		12.797	-
				Projetos a Executar		<u>752.750</u>	<u>500.000</u>
					7	<u>767.597</u>	<u>502.049</u>
Outros Créditos							
Adiantamento a fornecedores		17.000	-				
Imposto (IRRF) a compensar		<u>1.029</u>	<u>-</u>				
	5	18.029	-				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado		373	373	Patrimônio social	8	2.002.822	2.400.000
Intangível		<u>3.300</u>	<u>3.300</u>	Adiantamento Futura Contribuição Associativa		-	1.450.000
	6	<u>3.673</u>	<u>3.673</u>	Déficit do exercício		<u>(1.257.234)</u>	<u>(3.847.178)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>745.588</u>	<u>2.822</u>
Total do Ativo		<u><u>1.513.185</u></u>	<u><u>504.871</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.513.185</u></u>	<u><u>504.871</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Movimento Bem Maior

Demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Nota	2020	2019
Receitas operacionais	9	18.312.109	1.164.921
Custos e Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	11	(18.201)	-
Despesas administrativas	11	(1.187.891)	(427.839)
Despesas com projetos	10	(18.401.482)	(4.576.380)
Impostos e taxas	11	(4.412)	(1.332)
Trabalho voluntário	11	(8.381)	(6.548)
		<u>(19.620.367)</u>	<u>(5.012.099)</u>
(Déficit) antes das receitas (despesas) financeiras		<u>(1.308.258)</u>	<u>(3.847.178)</u>
Receitas Financeiras		51.984	-
Despesas Financeiras		<u>(960)</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>51.024</u>	<u>-</u>
Déficit do exercício		<u><u>(1.257.234)</u></u>	<u><u>(3.847.178)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Movimento Bem Maior

Demonstração de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
(Déficit) do exercício	(1.257.234)	(3.847.178)
Outros componentes do resultado abrangente:	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(1.257.234)</u>	<u>(3.847.178)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Movimento Bem Maior

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Patrimônio social	Adiantamento Futura Integralização ao Patrimonio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Total
Integralização patrimônio social	2.400.000	-	-	2.400.000
Adiantamento Futura Contrib. Associativa	-	1.450.000	-	1.450.000
Déficit do exercício	-	-	(3.847.178)	(3.847.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.400.000	1.450.000	(3.847.178)	2.822
Integralização patrimônio social	2.000.000	-	-	2.000.000
Integralização de Adiantamento de Contrib. ao patrimônio social	1.450.000	(1.450.000)	-	-
Incorporação do déficit do exercício	(3.847.178)	-	3.847.178	-
Déficit do exercício	-	-	(1.257.234)	(1.257.234)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.002.822	-	(1.257.234)	745.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Movimento Bem Maior

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.257.234)	(3.847.178)
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	<u>-</u>	<u>-</u>
	(1.257.234)	(3.847.178)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em ativos		
Adiantamentos	(17.000)	-
Imposto (IRRF) a compensar	(1.029)	-
Aumento (redução) em passivos		
Obrigações trabalhistas	12.797	-
Obrigações fiscais	1	2.049
Obrigações com projetos	<u>252.750</u>	<u>500.000</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	<u>(1.009.715)</u>	<u>(3.345.129)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	<u>-</u>	<u>(3.673)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(3.673)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de Patrimonio Social	2.000.000	2.400.000
Adiantamento Futura Contrib. Associativa	<u>-</u>	<u>1.450.000</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>2.000.000</u>	<u>3.850.000</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>990.285</u>	<u>501.198</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	501.198	-
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>1.491.483</u>	<u>501.198</u>
	<u>990.285</u>	<u>501.198</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Movimento Bem Maior, daqui em diante designado simplesmente por “Bem Maior” ou “Associação”, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação sem fins lucrativos ou econômicos, político-partidários e religiosos, com prazo indeterminado de duração.

O Bem Maior tem como finalidade prestar assistência social e promover o investimento social, a cultura da doação e a filantropia de qualquer espécie, visando os seguintes objetivos primordiais:

- I. Elaborar projetos e ações que visem a proteção, valorização e difusão da filantropia e da cultura da doação, incluindo, mas não se limitando a realização de estudos, pesquisas, eventos, cursos, exposições, apresentações, cursos, treinamentos, debates, seminários, conferências, congressos, programas, publicações, entre outros;
- II. Doar recursos físicos, humanos e/ou financeiros a programas, projetos e ações desenvolvidos por outras instituições sem fins lucrativos e órgãos públicos;
- III. Coordenar, executar ou coexecutar, e apoiar programas, projetos e ações de cunho assistencialista, educacional, cultural e de promoção de direitos humanos ou que promovam benefícios e/ou bem estar da população em geral;
- IV. Fomentar e financiar ações e iniciativas de impacto social, de modo a fortalecer tais projetos, podendo praticar quaisquer atos e atividades lícitas voltadas à assistência social, educação, direitos humanos e cultura, mesmo que não estejam listados no presente Estatuto;
- V. Identificar, produzir, gerenciar e disseminar informações e conteúdo sobre a filantropia e a cultura de doação, de modo a contribuir para a discussão qualificada e ampla sobre o tema;
- VI. Apoiar a atuação de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, lideranças e outros atores políticos que atuem na promoção da filantropia e da cultura da doação ou demais atividades relacionadas;
- VII. Apoiar ações e iniciativas que estejam vinculadas ao atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs);
- VIII. Promover ações de ensino, pesquisa, formação e capacitação, relacionados à filantropia ou a outros temas que digam respeito a seus objetivos;
- IX. Selecionar iniciativas de impacto social para receberem aporte de recursos, de modo a estimular e fortalecer tais ações, bem como monitorar a sua execução e avaliar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidas;
- X. Promover o desenvolvimento e a estruturação das iniciativas apoiadas, por meio de apoio técnico, financeiro, e a sugestão de estratégias de governança;

- XI. Firmar convênios, contratos, acordos, termos de parceria, colaboração ou fomento; e quaisquer outros instrumentos legais, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- XII. Promover estudos, pesquisas e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às suas finalidades, produzidos por si ou por terceiros, divulgando-os por quaisquer meios;
- XIII. Estabelecer articulação com o Poder Público para acompanhamento da formulação e execução de políticas públicas relacionadas à filantropia;
- XIV. Realizar captação de recursos para os seus projetos, através do recebimento de doações de doadores pessoa física e pessoa jurídica;
- XV. Receber contribuições, patrocínios, auxílios, dotações, subvenções, doações e legados de seus Associados e de outras pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- XVI. Utilizar-se de bens móveis e imóveis que lhe sejam disponibilizados, a qualquer título, por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, na forma que lhe for legalmente permitido;
- XVII. Constituir, associar-se, titularizar cotas do capital social ou ter participação acionária em outras associações, sociedades ou fundações, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração; e
- XVIII. Estabelecer e gerir fundos patrimoniais e outros recursos para financiar suas atividades.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de Maio de 2022.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para o período apresentado nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos e recursos financeiros, que representam saldos de bancos e conta corrente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos, conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizadas na quitação de obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos avaliados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: projetos a executar.

Tal passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esse passivo financeiro é medido pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos de 31 de dezembro de 2020 e 2019, incluindo operações de *hedge*.

b. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulado, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Computadores e periféricos 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Associação aluga espaços de coworking para a realização de suas atividades operacionais, quando necessário.

c. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

d. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Apuração do superávit do exercício

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

g. Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

(i) Receitas sem restrições – Contribuições associativas e doações

A Associação recebe contribuições associativas e doações de pessoas físicas e jurídicas, reconhecidas por regime de competência.

(ii) Receita com projetos restritos

Contribuições e doações vinculadas a projetos são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos, o ativo vinculado é segregado e a obrigação a executar é reconhecida no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos recursos vinculados a projetos, são reconhecidas as despesas correspondentes, com redução do ativo vinculado anteriormente registrado. Simultaneamente, a receita diferida no passivo (“projetos a executar”) é realizada contra o resultado do exercício (receita com restrição”).

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem outras tarifas em conta corrente.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 a Associação registrou o montante de R\$ 8.381 (R\$ 6.548 em 2019) referente a trabalhos voluntários.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Banco conta movimento	<u>1.491.483</u>	<u>501.198</u>
	<u>1.491.483</u>	<u>501.198</u>

5 Outros Creditos

	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	17.000	-
Impostos a recuperar	1.029	-
	18.029	-

6 Imobilizado e Intangível

	2020	2019
Software e Hardware	373	373
Marcas e Patentes	3.300	3.300
	3.673	3.673

7 Obrigações Trabalhistas, Tributárias e Projetos

	2020	2019
Impostos e contribuições a recolher	2.050	2.049
Obrigações com pessoal	7.727	-
Obrigações sociais	3.635	-
Encargos trabalhistas	1.435	-
Projetos a Executar (a)	752.750	500.000
	767.597	502.049

(a) Referem-se a Projetos:

- **2020: Todos pela Educação (Educação que dá certo)** em virtude da Pandemia o projeto foi adiado, por decisão conjunta das partes, devendo ser pago em 2021 – R\$. 752.750.
2019: Bibliotecas Recode (Reprogramando as Bibliotecas Brasileiras) – os valores estão condicionados a determinadas cláusulas contratuais para aporte e foram pagos em 2020 – R\$. 500.000.
- **Valores a Serem Empenhados em 2021: R\$. 2.495.154**
 Adicionalmente informamos que o MBM possui parcerias com algumas Instituições que alavancam o Impacto Social e que os valores a serem desembolsados estão condicionados à determinadas condições contratuais. A seguir um resumo dessas parcerias:
- **Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (BNCC e Mele):** R\$. 1.057.404
- **Todos pela Educação (Educação que dá Certo):** R\$. 437.750
- **Associação Instituto Iungo (Formação Continuada de Educadores e Elaboração de Materiais Pedagógicos)** R\$. 1.000.000

8 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Associação é formado pela datação inicial de seus Associados e pelos superávits acumulados em cada exercício que após sua aprovação é incorporados à rubrica “Patrimônio social”.

O superávit/(déficit) do exercício deverá ser absorvido no patrimônio social durante o exercício social seguinte, após a aprovação das demonstrações financeiras do exercício corrente pela Diretoria.

O Patrimônio social da Associação é de R\$ 2.002.822 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.400.000 em 2019) montante necessário ao início e manutenção de suas atividades, integralizado em moeda nacional.

O Bem Maior poderá ser dissolvido ou extinto, a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária.

Em caso de dissolução ou extinção do Bem Maior, todo o seu patrimônio remanescente deverá ser destinado para outra entidade sem fins lucrativos com fins idênticos ou semelhantes e que atenda à mesma legislação a que o Bem Maior é submetido, inclusive a Lei federal nº 13.019/14; ou será transferido a entidade pública, respeitado o Código Civil.

É vedado aos associados e membros receberem em restituição as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio do Bem Maior. Dessa forma, o patrimônio social é proveniente da dotação inicial de seus Associados Mantenedores, que assumem compromisso de fazer aporte ao patrimônio social da Associação, nos termos do Estatuto Social, integralizado em moeda nacional.

9 Receitas operacionais

	2020	2019
Receita com contribuições associativas	10.740.000	-
Receita de doações	2.000.000	1.085.000
Receitas com restrição	4.000.000	10.873
Receita Campanha Dias Melhores BSocial	1.495.228	-
Outras receitas	68.500	62.500
Receita com trabalhos voluntários	8.381	6.548
	<u>18.312.109</u>	<u>1.164.921</u>

10 Despesas com projetos

	2020	2019
Despesas com projetos de Impacto Comunitário (a)	(3.926.177)	(3.316.007)
Despesas com projetos Estruturantes (b)	(8.038.186)	(1.175.000)
Despesas com Enfrentamento a Pandemia (c)	(794.095)	-
Repasse Campanha Dia Melhoes BSocial (d)	(1.474.532)	-
Outros	(241.500)	(74.500)
Despesas com projetos – restritos (e)	(3.926.992)	(10.873)
Outros	<u>(241.500)</u>	<u>(74.500)</u>
	<u>(18.401.482)</u>	<u>(4.576.380)</u>

A seguir apresentamos a composição das despesas aplicadas nos projetos da Associação:

- (a) Projetos de Impacto Comunitário: Referem-se aos Editais lançados Nacionalmente pelo MBM e tem como objetivo principal apoiar organizações da Sociedade Civil e Coletivos. A gestão desses Editais ficaram a cargo do Instituto Phi, que assessora os Projetos Apoiados.

	2020	2019
Editais 19/20 e 20/21 incluindo Assessoria Projeto	(3.926.177)	(3.316.007)

- (b) Projetos Estruturantes: Referem-se a Investimento Social estratégico em Organizações que alavancam o impacto Social.:

	2020	2019
Instituto Gerando Falcões (Expansão Rede)	(3.000.000)	-
Todos Pela Educação (Educação que dá Certo)	(2.333.250)	-
Instituto IUNGO (Formação Continuada de Professores e Gestores Escolares)	(2.000.000)	-
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (BNCC e Mele)	(704.936)	-
Bibliotecas RECODE (Reprogramando as Bibliotecas Brasileiras)	-	(1.000.000)
IMPA (PIC – Programa de Iniciação Científica)	-	(100.000)
Parceiros da Educação	<u>-</u>	<u>(75.000)</u>
	<u>(8.038.186)</u>	<u>(1.175.000)</u>

- (c) Enfrentamento a Pandemia Covid-19: Ação Cidadania (Doação para enfrentamento da Covid-19). MBM (Doação de Cestas Básicas para Entidades assistidas pelos Editais 19/20 e 20/21).

	2020	2019
Ações Covid-19 (Cestas Básicas para Entidades Assistidas nos Editais 19/20 e 20/21)	(769.095)	-
Ação Cidadania (Ação Contra o Corona)	<u>(25.000)</u>	<u>-</u>
	(794.095)	-

- (d) Dias Melhores - MG: Doações recebidas através da plataforma BSocial com Gestão do MBM, com o objetivo do fortalecimento do Sistema público de saúde, através de Compra de EPI's para hospitais do Estado de Minas Gerais e compra de Cestas Básicas.

	2020	2019
Repasse Campanha Dias Melhores	(1.474.532)	-

- (e) Despesas com Projetos Restritos: (1) Projeto Orcan - Doações de óculos inteligentes para deficientes Visuais - parceria com a Secretaria de Educação do Governo da Bahia e Goiás. (2) Estruturação do Fundo Emergencial para Saúde para doações e fortalecimento do sistema público de Saúde. (3) Associação Estímulo 2020 - Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor: ajudar a preservar micro e pequenas empresas, com ajuda monetária e pacote de treinamento e equalificação desenhado pelo Ibmecc. (4) Instituto Responsa: Tem como objetivo a inserção de egressos do sistema Prisional no mercado de Trabalho

	2020	2019
Projeto Orcan (Doação de óculos Inteligentes)	(428.325)	-
Fundo Emergencial da Saúde	(998.667)	-
Estímulo 2020	(2.500.000)	-
Instituto Responsa	-	(10.873)
	<u>(3.926.992)</u>	<u>(10.873)</u>

11 Custos e Despesas Operacionais

	2020	2019
Despesas com pessoal	(18.201)	-
Despesas gerais e administrativas	(1.187.891)	(427.839)
Impostos, Taxas e Contribuições	(4.412)	(1.332)
Despesas com Trabalhos Voluntários	(8.381)	(6.548)
	<u>(1.218.885)</u>	<u>(435.719)</u>

12 Receitas e Despesas Financeiras

	2020	2019
Receitas Financeiras		
Receitas Financeiras – Juros e Reversão de Projetos	51.984	-
Total – Receitas	51.984	-
Despesas Financeiras		
Multas Passivas	(960)	-
Total - Despesas	(960)	-

13 Isenções e Renúncia fiscal

a. Isenções

O MBM é certificado com a Isenção do Imposto Sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD). Por meio do Processo IS01311526 – DRTC-III o MBM encontra-se Isento do Recolhimento do Imposto até 08/09/2023.

Tal isenção foi obtida nos termos do Decreto 46.655/02, após o reconhecimento do papel do MBM enquanto organização vinculada à promoção dos Direitos Humanos através do Processo 2019/00007, Certificado nº 2092 emitido pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

b. Renúncia Fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- PIS sobre as receitas próprias
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

14 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

15 Avais, fianças e garantias

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Associação não apresentou quaisquer avais, fianças e garantias.

* * *

Ana Carolina Monteiro de Barros Matarazzo
Presidente

Valdemar Bezerra
Contador
CRC 1SP 212.815/O-9